

## BOAS PRÁTICAS – MPAM

### I – CIDADANIA

#### I.1. SAÚDE

1. **Atendimento das Pessoas com Insuficiência Renal:** foi firmado TAC com Estado e Município e aprovado na Comissão Intergestores Bipartite. O município ficou com a parte preventiva e o Estado com a parte de tratamento. O Estado foi obrigado a credenciar uma nova clínica e um hospital público para todo o tratamento, já que havia insuficiência de vagas. Também foram ampliados os turnos de atendimento nas clínicas já cadastradas para três turnos para atendimento da demanda. A pedido do Ministério Público a um parlamentar foi aprovada Emenda no Orçamento do Estado na área da Saúde para cobrir esses gastos.
2. **Projeto de Mapeamento dos Pacientes Renais Crônicos:** realização de workshop, construção da base de dados e provocar a Secretaria de Saúde para que publique no site a fila de pacientes que precisam de hemodiálise. (Manaus)
3. **Implantação de UTI Pediátrica Específica para Doenças Infecto-Contagiosas:** após identificar o problema e sucessivas mortes de crianças com doenças infecto-contagiosas, pela não aceitação das mesmas nas UTIs pediátricas comuns; após tentativa de resolução extrajudicial do problema, foi ajuizada ACP que transitou em julgado no STF, obrigando o Estado do Amazonas a construir UTI pediátrica específica para doenças infecto-contagiosas. (Manaus)
4. **TAC dos Medicamentos:** em parceria com o MPF, foi firmado TAC em 2003, no sentido do Estado do Amazonas se obrigar a garantir o abastecimento das unidades de média e alta complexidade, sob a gerência do Estado, além de exames especializados, sob pena de *astreints*. Esse TAC até hoje produz excelentes resultados e teve desdobramentos penais, além de execução de patrimônio pessoal dos gestores. (Manaus)
5. **Residência Inclusiva Terapêutica:** em parceria com o MPF, foram implementadas as residências inclusivas terapêuticas e a rede de apoio, após a lei que proibia a internalização de doentes mentais, criando espaço para aqueles que tinham perdido laço com a família ou não tinham família. A implementação de políticas públicas voltadas para as pessoas com transtornos mentais se deu através de atuação do Ministério Público. (Manaus).

6. **Credenciamento para Atendimento de Pessoas com Deficiência Auditiva e Fornecimento de Aparelhos de Amplificação Sonora:** credenciamento de clínicas para atendimento de pessoas com deficiência auditiva e fornecimento de aparelhos de amplificação sonora, além da prestação de serviço de fisioterapia. Garantia do implante coclear. (Estado do Amazonas – as pessoas do interior tem que vir a capital, já que a clínica fica em Manaus)
7. **Recomendação para não Paralisação dos Serviços de Saúde:** o médicos estavam ameaçando paralisar a prestação de serviço de saúde e, após a Recomendação do Ministério Público, foi evitada a paralisação. (Manaus)

## I.2. EDUCAÇÃO

1. **Ministério Público nas Escolas:** projeto de educação cidadã do MPAM nas escolas da cidade de Manaus, por meio de palestras de conscientização.
2. **Criação de Biblioteca, Sala de Aula e Horta no Presídio:** projeto de instalação de uma biblioteca, sala de aula e horta nas dependências da unidade prisional. O acervo da biblioteca foi inicialmente formado a partir de doações da Promotora de Justiça e de um Procurador de Justiça, hoje com 5.000 exemplares. Além disso, foi construída uma sala de aula onde são ministradas aulas de 5as e 6as séries, reduzindo a zero o número de analfabetos internos, que garantiu o resultado no ENEM e aprovação no SISU. (Município de Maués).
3. **Campeonato de Soletração:** instituído campeonato de soletração que incentiva as crianças ao estudo da língua portuguesa, além de diminuir a evasão escolar, incentivar a competição saudável e resgatar a relação de respeito entre alunos e professores. (Município de Maués).
4. **Júri Simulado nas Escolas de Ensino Médio:** aproximar o MP dos adolescentes em situação de risco e familiares. Tornar o ambiente escolar um espaço apropriado para reflexão sobre os principais problemas sociais e criminais que tenham afetado a tranquilidade da sociedade. (Município de Benjamim Constant).
5. **Transporte Fluvial Escolar na Zona Rural:** considerando a falta de regulamentação do transporte fluvial escolar, foi realizada inspeção na zona rural, junto com a Marinha do Brasil e o Conselho Municipal de Educação, constatando-se a inexistência de local adequado para guarda das embarcações. (Manaus)
6. **Transporte Escolar Rodoviário na Zona Rural:** inspeção realizada em todo o transporte rodoviário escolar na Zona Rural, detectou várias irregularidades no transporte rodoviário na zona rural (ausência de licitação para contratação; unidade de transporte inadequado; ausência de cintos de segurança; excesso de passageiros; ausência de acompanhante para as crianças; etc.). (Manaus)

7. **Convênio para Utilização do Sistema de Educação à Distância da Seduc:** está em tratativa a realização de um convênio para que membros do MP possam utilizar o sistema de educação à distância da Secretaria Estadual de Educação para palestras de conscientização de áreas de atuação especializadas aos alunos da rede pública do interior.
8. **Transporte escolar:** Ação civil pública para garantia do transporte escolar (Parintins)
9. **Evasão escolar:** TAC assinado em 2012 com pais e responsáveis com objetivo de reduzir evasão escolar (Juruá)
10. **Mobilização do MP para evitar o subregistro:** atuação junto ao Cartório de Registro Civil com a finalidade de garantir o direito à certidão de nascimento e ter paternidade reconhecida (Juruá)
11. **Garantia de atendimento pelas escolas públicas e privadas ao aluno com deficiência:** Projeto institucional que visa a garantia da Educação Especial e verificar a estrutura das salas e recursos multifuncionais. Para tanto, o projeto prevê convênios com UFAM e elaboração de cronograma de visita nas escolas que possuem salas multirecursos. (Manaus)
12. **Projeto para verificar os programas implantados nas escolas com utilização das verbas da Educação:** O projeto busca verificar o atendimento anual dos repasses do programa PDDE e existência de APMC nas escolas. Para tanto, o projeto prevê convênios com o Conselho de Acompanhamento e fiscalização dos recursos e TCE, elaboração de cartilhas para APMC's e realização de palestras; (Manaus)
13. **Projeto para identificação da evasão escolar no ensino médio:** tem por objetivos identificar as situações de abandono escolar por adolescente a partir de 14 anos e verificar quais programas estão sendo utilizados pelos sistemas de educação para o combate à evasão. (Manaus)
14. **Ação cautelar para obstar cobrança de matrícula nos colégios estaduais da Polícia Militar:** em razão da cobrança de matrícula em escolas públicas, contrariando a gratuidade do ensino público. (Manaus)
15. **TAC** firmado para sanar irregularidades constatadas pelo Conselho Municipal de Educação (Iranduba)
16. **Recomendações** sobre atendimento a alunos com deficiências em escolas privadas (Manaus)
17. **Recomendação** para criação de cargo de interprete em libras na UEA (Manaus)

18. **Recomendação** para transporte escolar e monitores da zona rural (Manaus)
19. **Procedimento administrativo** para Acompanhamento dos Planos Estadual e Municipal de Educação. (Manaus)

### I.3. PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

1. **Acessibilidade nas Escolas Particulares:** garantir a acessibilidade nas escolas privadas. Foram lavrados mais de 100 TAC's. (Manaus)
2. **Garantir o Atendimento Pleno aos Hansenianos:** atendimento dos pacientes atingidos pela Hanseníase na Colônia Antônio Aleixo. O resultado efetivo foi que o MP conseguiu que fosse elaborado e aprovado o Protocolo de Feridas Crônicas (Estado e Município) para tratar, dentro de suas esferas de competência. Aprovado pela Comissão Intergestora Bipartite. Indução para que o Estado fizesse convênio com a *Fundhand* para confeccionar os calçados adaptados para as pessoas portadoras de hanseníase. Se conseguiu, também, que fossem agendadas as cirurgias nos pacientes sequelados, de maneira a diminuir a amputação de membros. Foi implantado o atendimento domiciliar dos pacientes idosos e com dificuldade de locomoção. Buscava nas casas para descobrir novos pacientes portadoras de hanseníase. Implantação do Centro de Reabilitação. (Manaus)
3. **Garantir a Cidadania de Pessoas Com Deficiência Intelectual e/ou Física Grave:** regularização da documentação necessária para as pessoas com deficiência intelectual e físicas institucionalizadas no Abrigo Moacir Alves; promover a interdição com a finalidade de receberem o benefício de prestação continuada. (Manaus)

### I.4. DIREITOS HUMANOS

1. **Projeto Recomeçar:** criação de um Núcleo de Atendimento de Pessoas em Situação de Vulnerabilidade Psicossocial. O programa atua no atendimento às pessoas em situação de vulnerabilidade psicossocial, bem como no atendimento de demandas das Procuradorias e Promotorias para desenvolvimento das ações ministeriais que visem a garantia dos direitos fundamentais do cidadão (ex.: atendimento psicossocial de vítimas de violência). (Manaus)
2. **Criação do Grupo Especial de Enfrentamento da Crise no Sistema Prisional do Amazonas:** o grupo adotou importantes medidas e posturas institucionais que contribuíram de forma considerável para a estabilização da crise enfrentada e redução do estado de tensão no sistema prisional amazonense, tais como recomendações, propositura de inúmeras Ações Cíveis Públicas em especial na área de patrimônio público (contratos firmados pelo Estado do Amazonas e empresas terceirizadas) direitos humanos (transporte de presos, cumprimento de cláusulas contratuais nas

áreas de alimentação, assistência jurídica e assistência psicológica, assistência médica e assistência odontológica, assistência social e assistência material, manutenção predial, segurança e lotação). As ações civis públicas foram propostas contra a Umanizzare, a RH Multi e o Estado do Amazonas. Os pedidos são obrigações de fazer para sanear as irregularidades, além de danos morais coletivos pelo descumprimento dos contratos). Houve, ainda, mutirão na área de execução penal. Todo esse trabalho envolveu a participação e parceria de mais de 10 entidades.

## 1.5 ASSISTÊNCIA SOCIAL

**Recomendações:** no sentido do cofinanciamento dos recursos do SUAS na política de assistência social básica, média e de alta complexidade na defesa dos direitos humanos das

## II - MEIO AMBIENTE

1. **A Oca do Conhecimento:** propiciar um espaço nas comunidades para leitura e reuniões para discutir questões ambientais.
2. **Espaço ECAM – Exposição, Cursos e Palestras:** se destina a um espaço fixo, permanente, à disposição da Justiça Ambiental, fruto de um TAC com o Shopping Manauara.
3. **Criação do Aquário para Visitação no CIGS:** para exposição da fauna aquática dentro do Centro de Instrução e Guerra na Selva, fruto de um TAC firmado.
4. **Plantação de Mudanças em Vias Públicas:** obrigatoriedade de fornecimento de mudas em face de TAC, para plantio em ambientes públicos (ex. Comunidade Nova Cidade).
5. **Recolhimento de Garrafas Pet:** antes da lei de tratamento de resíduos, obrigou-se a adoção da política reversa, fruto de um TAC com as empresas distribuidoras.
6. **Obrigatoriedade de Coleta e Destinação Final do óleo Combustível Usado:** obrigatoriedade das distribuidoras de combustível servirem como ponto de coleta para distribuição final do óleo combustível usado.
7. **Obrigatoriedade de Recolhimento dos Pneus Usados e sua Destinação Final e Aproveitamento no Asfalto Ecológico:** obrigatoriedade das empresas de comercialização de pneus em recolher e dar destinação final dos pneus usados, além de tentativa junto à Universidade Federal do Amazonas para desenvolvimento de projeto para utilização dos pneus usados no asfalto ecológico.

8. **Obrigatoriedade de Veiculação, em horário nobre, de publicidade Conscientização Ambiental:** as empresas condenadas em ACP (ex. Petrobras) e outras em TACs, se obrigavam a custear publicidade de conscientização ambiental, em horário nobre, nas mídias televisivas.
9. **Justiça Ambiental Itinerante:** realizado em conjunto com o Poder Judiciário, para atendimento à população nos bairros, com relação especificamente às questões ambientais.
10. **Exposição Permanente de Conscientização Ambiental, de Matérias Veiculadas nos Jornais:** criação de galeria na recepção da sede da Procuradoria-Geral de Justiça com quadros criados a partir de matérias de conscientização ambiental veiculadas nos jornais.
11. **Adoção da Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos dentro dos prédios do Ministério Público:** implantação dos coletores diferenciados para coleta seletiva dentro dos prédios do MPAM.
12. **Coleta e Destinação Final de Baterias de Celulares:** acordo com a Nokia para coleta de baterias de celulares e da sua destinação final.
13. **Ministério Público nas Escolas:** palestras de educação e conscientização ambiental nas escolas de Manaus, dentro do projeto MP nas Escolas.

## II.2. PROTEÇÃO AO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL

1. **TAC com o Município para o Tombamento de Patrimônio Histórico:** a partir de uma Audiência Pública foi firmado TAC com o Município para tombamento do cemitério judeu, do antigo fórum da cidade, a pedra pintada, a antiga Bica, dentre outros relevantes monumentos. (Município de Itacoatiara)

## II.3. ORDENAMENTO URBANO

1. **Acordos de Resultado:** TAC firmado com o Município referente a **ocupação irregular dos espaços públicos** nas praças, balneários, parques e congêneres, que trouxe como instrumento segurança jurídica a implementação de licitação pública, disciplinamento da ocupação de espaços por uma única pessoa física ou jurídica no âmbito do município, regularidade na previdência social dos permissionários e espaço para pessoas com deficiência. (Município de Manaus).
2. **TAC para Monitoramento da Vazante do Rio Negro para Fiscalização da delimitação de área própria para banho na Praia da Ponta Negra:** TAC firmado, por iniciativa do MPAM, com o Município, PGM, Defesa Civil, Bombeiros, Polícia Civil, Secretaria de

Saúde, dentre outros, visando uma ação coordenada para prevenir e evitar mortes, por afogamento, no período de seca do rio, em que se formam buracos próximos à margem, devido a movimentação de terra realizada para construção da praia artificial (mais de 10 mortes já haviam sido registradas). – resultado: nunca mais ocorreram mortes no local. (Manaus)

### III – PROBIDADE E PATRIMÔNIO PÚBLICO

1. **Transparência e Concurso Público:** elaboração de plano de atuação para 2017. (Manaus)
2. **Recomendação:** para evitar o uso indevido, em prédios e logradouros públicos, de homenagear pessoas vivas. (Manaus)
3. **Abuso de Poder Político:** ajuizamento de ação de investigação judicial eleitoral por abuso de poder político e prática de conduta vedada a agente público. Liminar deferida. Sentença procedente. (Município de Benjamin Constant)
4. **Estudo de Caso sobre Prédios Alugados para Escolas:** esse estudo de caso levou a constatação de atos de improbidade administrativa considerando a inadequação dos imóveis para o serviço público ali realizado (Manaus).
5. **Ação de Busca e Apreensão:** apreensão de documentos físicos e digitais na residência do ex-Gestor e escritório de contabilidade que continham dados da Administração anterior, diante da denúncia de sumiço de tais informações, com prejuízos irremediáveis à continuidade das atividades administrativas do Município (Parintins)
6. **Ação civil pública em face de Decreto de Emergência com Desvio de Finalidade:** ajuizamento de ACP em face da elaboração e publicação do decreto de emergência com desvio de finalidade (Parintins)
7. **Ação Civil de Tutela antecipada Antecedente:** para compelir ex-prefeito e equipe de transição à apresentação dos documentos, informações relativos à transição da gestão municipal (Itapiranga)
8. **ACP para obrigar município a municipalizar o trânsito** (Uarini)
9. **TAC para pagamento dos salários em atraso dos servidores da educação** (Iranduba)
10. **TAC para pagamento de salários dos servidores da educação e realização de concurso público, como nomeação de servidores já aprovados.** (Iranduba)
11. **ACP para pagamento dos salários em atraso dos servidores da educação** (Itapiranga)

#### **IV – INFÂNCIA E JUVENTUDE**

1. **Adoção do Princípio da Justiça Restaurativa:** utiliza-se, por analogia, o princípio da justiça restaurativa, na atuação judicial e extrajudicial de impacto social, em casos envolvendo atos infracionais equiparados a vias de fato, lesão corporal, ameaça, perturbação à tranquilidade, furto e receptação, uma vez que nelas estão presentes as partes, o adolescente infrator, o responsável legal, a vítima e testemunhas. (Manaus)
2. **Recomendação ao Município para a Escorreita Eleição dos Novos componentes do Conselho Tutelar:** expedida recomendação no sentido de adoção de prova escrita para escolha dos novos Conselheiros Tutelares. (Município de Uarini).

#### **VI – ASSOCIAÇÕES – FISCALIZAÇÃO**

1. **Aquisição de Tecnologia para realização de audiências extrajudiciais com método áudio-visual:** equipamento adquirido, com recursos próprios, para realização de audiência áudio-visual (Promotoria de Justiça de Ausentes e Incapazes que acumula a atribuição de fiscalização das ONGS e Associações).
2. **Cadastro estadual de entidades de interesse social:** através do Portal do MPAM, todas as associações da Capital e interior podem efetuar seu cadastro online e juntar documentos em PDF, para fins de acompanhamento e fiscalização.

#### **VII- CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL:**

1. **Retirada imediata de todos os presos civis que estejam custodiados nos quartéis militares:** Recomendação realizada no ano de 2016, não apenas para retirada, bem como não recebimento dos presos civis em estabelecimentos militares. (Manaus)
2. **ACP para estruturação dos Institutos de Perícia Técnica:** inicialmente foi editada recomendação e posteriormente ajuizada ACP no sentido de estruturar os institutos de perícia técnica do Estado. (Manaus)
3. **ACP para reestruturação da Polícia Civil:** ajuizada ACP para melhoria da qualidade estrutural e de pessoal da Polícia Civil no interior do Estado. (Parintins e a Uarini)
4. **Ação Civil Pública para garantia da segurança pública** (Juruá)
5. **Ação Civil Pública para reforço do quantitativo de Policiais Militares** (Uarini)

#### **VII – ELEITORAL**

**1. Campanha pelo voto ético:** Diante da diversidade cultural no Município de São Gabriel da Cachoeira, cuja população é em sua maioria, de origem índica e, onde são reconhecidas como línguas oficiais, além do Português, os dialetos tukanu, baniwa e nheengatu, a Promotoria de Justiça promoveu durante os anos eleitorais, campanha sobre voto ético traduzida para as referidas línguas indígenas, facilitando assim, o entendimento da população local acerca das regras eleitorais. (São Gabriel da Cachoeira)

## **VIII – SISTEMA PRISIONAL**

**1. ACP para construção e reforma de unidades prisionais nos Municípios** (Alvarães, Anori, Atalaia do Norte, Autazes, Barreirinha, Benjamim Constant, Borba, Canutama, Fonte Boa, Guajará, Coari, Humaitá, Iranduba, Itacoatiara, Itapiranga, Manacapuru, Manaquiri, Maués, Parintins, Presidente Figueiredo, São Paulo de Olivença, Tabatinga, Tefé, Tonantins, Uarini e Uruará)

**2. Acordo Judicial - Interdição da Cadeia Pública Raimundo Vidal Pessoa** (Manaus)

**3. ACP – Realização de Concurso para Agente Penitenciário** (Manaus)

**4. ACP – Melhoria das condições de funcionamento do IPAT – Instituto Penal Antônio Trindade** (Manaus)